

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.570.592 - RS (2019/0256872-0)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PROCURADOR : ELTON AIRTON ZIELKE E OUTRO(S) - RS017574**  
**AGRAVADO : NELI LUIZA BARALDI**  
**ADVOGADOS : EDUARDO VITORIA DORNELLES - RS060490**  
**MARIANA BISOL GRANGEIRO - RS074236**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto pelo Estado do Rio Grande do Sul contra decisão do Tribunal de Justiça local que não admitiu recurso especial com amparo na inexistência de violação da coisa julgada e no óbice da Súmula 7/STJ

Impugnada especificamente a decisão, conheço do agravo e passo à análise do apelo nobre.

O recurso foi manejado, com base na alínea "a" do permissivo constitucional, em oposição a acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO. URV. IMPOSTO DE RENDA. CÁLCULO DE LIQUIDAÇÃO. CRITÉRIO.

A retenção do imposto de renda sobre valores pagos pela Fazenda Pública em decorrência de decisão judicial não pode ocorrer sobre o montante acumulado, quando corresponder ele ao somatório de parcelas, por causar prejuízo à credora. A incidência do imposto, se houver, deve ser calculada mês a mês, conforme as alíquotas vigentes à época em que deveria ter ocorrido o pagamento. Regime de competência.

É defeso na liquidação discutir de novo a lide ou modificar a sentença (art. 509, § 4º, do CPC).

Agravo desprovido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 253-260).

O recorrente aponta contrariedade aos arts. 502, 503 e 505 do CPC/2015. Afirma que o julgado violou a coisa julgada "ao determinar que a parcela paga a título de URV não seja somada a qualquer rubrica, para fins de cálculo do Imposto de Renda, equivalendo à aplicação do Regime de Rendimentos Recebidos Acumuladamente (RRA)" (e-STJ, fl. 273). Sustenta que a decisão exequenda determinou a utilização do regime de competência.

Refere contrariedade, ainda, aos arts. 46, § 2º, da Lei n. 8.541/1992; 3º, 7º, § 1º, e 12-A da Lei n. 7.713/1988. Aduz que o valor da URV relativo a cada mês de competência deve ser somado ao rendimento mensal para o fim de aplicação da tabela do Imposto de Renda.

Argumenta, ainda, que a Lei n. 12.350/2010 apenas alcança pagamentos efetuados a partir de 28/7/2010. Assim, descabida a aplicação retroativa da norma.

Indica infringência aos arts. 105, 106, 111, 144 e 176 do CTN. Afirma que, "com efeito, a prevalecer o aresto combatido, calculando-se em separado o tributo devido e se utilizando como base de cálculo o valor recebido extemporaneamente de forma isolada, estar-se-á burlando a legislação própria do imposto de renda e acabando por conceder isenção do pagamento do tributo" (e-STJ, fl. 281).

Contrarrazões às e-STJ, fls. 303-320.

É o relatório.

Tem-se, na origem, agravo de instrumento manejado contra decisão que determinou "seja considerada a parcela paga a título de URV como valor autônomo, não sendo somada a qualquer rubrica, para fins do cálculo de Imposto de Renda" (e-STJ, fl. 220).

O Tribunal *a quo* solucionou a controvérsia nos seguintes termos (e-STJ, fl. 221):

No caso, a sentença condenou o Estado a devolver à autora da demanda os valores indevidamente retidos, a título de imposto de renda incidente sobre as parcelas de URV, no período indicado, sendo mantida por acórdão desta Câmara.

Embora não prevista no título exequendo a forma de cálculo do valor do tributo a ser restituído, quando dos pagamentos da URV, tenho que andou bem o julgador ao estabelecer o critério de liquidação.

Quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida, proceder-se-á à sua liquidação, por arbitramento, segundo exigido pela natureza do objeto da liquidação (art. 509, I, do CPC).

Como se pode notar, a respeitável decisão guerreada se atém às inteiras ao título em liquidação, tendo em vista que determinou a apuração da URV correspondente a cada mês e não de forma acumulada.

Nada foi acrescido no julgamento dos embargos declaratórios.

Conforme elucidado, segundo o acórdão recorrido, a decisão questionada está de acordo com o título executivo.

Para afirmar-se o contrário, como pretende o recorrente, seria necessário reexaminar o conjunto fático-probatório dos autos. Tal providência, contudo, não é admitida em recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

Não foram discutidas as matérias relativas aos arts. 46, § 2º, da Lei n. 8.541/1992; 3º, 7º, § 1º, e 12-A da Lei n. 7.713/1988; 105, 106, 111, 144 e 176 do CTN. Ausente o necessário prequestionamento, aplica-se a orientação da Súmula 282/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."

Registro, inclusive, que não foi indicada, no recurso especial, violação do art.

# *Superior Tribunal de Justiça*

1.022 do CPC/2015.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator